



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

14 | CADERNO 1 CIDADE

WhatsApp: (79) 9847-3370
E-mail: ouvidoria@cinform.com.br

CINFORM

www.cinform.com.br

ANJ

Aracaju - SE, Ano 32, Edição 1682
6 a 12 de julho de 2015

QUALIDADE DE ENSINO

Através de projeto de Educação, mil escolas são alvos dos MPs

O MPEduc será implantado em todos os 75 municípios, tornando Sergipe o primeiro Estado do Brasil com atendimento integral

■ Se 10% do Produto Interno Bruto - PIB - e 75% dos royalties do petróleo são destinados à Educação, por quais motivos milhares de escolas pelo Brasil e por Sergipe ainda continuam em situação deploráveis? Esse é o questionamento primário do vídeo de apresentação do projeto Ministério Público pela Educação - MPEduc.

Trata-se de um projeto nacional concebido pelo grupo de trabalho Educação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal - MPF. Seu principal objetivo é garantir o direito à Educação Básica de qualidade aos estudantes. Lidar as mazelas das escolas. Para colocar isso em prática no Brasil inteiro, o programa tem a parceria de cada **Ministério Público Estadual** dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal.

O projeto foi lançado oficialmente no Brasil em agosto de 2013. Com quase dois anos de atraso, chegou em Sergipe na última quinta-feira, 2. A solenidade de lançamento teve a presença de representantes dos dois Ministérios Públicos, além de prefeitos e de secretários da Educação de diversos municípios.

TODAS AS ESCOLAS

"Na verdade, o MPEduc não chegou com atraso em Sergipe. Tratou-se de uma estratégia nossa. Nos outros Estados, o projeto é feito da seguinte forma: escolhe-se um ou outro município para aplicá-lo. Como somos o me-

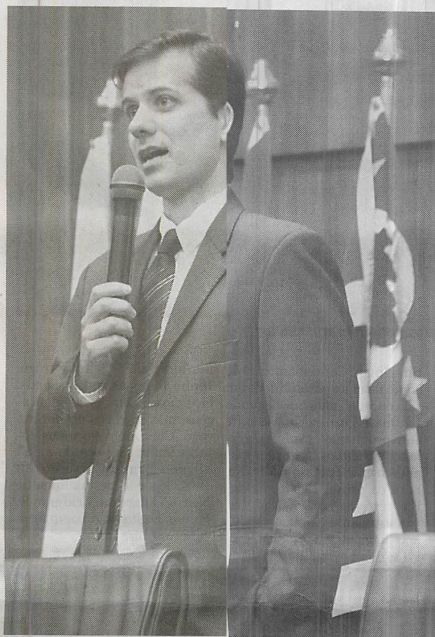


Em Sergipe, lançamento do projeto ocorreu na última quinta

nor da Federação, decidimos implantá-lo nos 75 municípios, nas mais de mil escolas, ao mesmo tempo. Isso demandou um tempo de estudo de como iríamos executar", explica o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Ramiro Rockenbach.

O procurador também apresenta outra justificativa. "2015 é muito simbólico para a Educação. Em 2000, a Unesco lançou um programa chamado "Educação para Todos" que estabeleceu metas para 164 países, sendo que se encerraria neste ano. Esperávamos por informações concretas sobre esse compromisso. O Brasil não cumpriu. Mas, não seria por isso que deixaríamos de implantá-lo em Sergipe", informa Ramiro.

Em Sergipe, o passo inicial do projeto foi um debate e um estabelecimento de estratégias entre os dois Ministérios Públicos. "Ficamos mais ou menos uns seis meses tratando de como iremos executá-lo em todo o Estado para termos fôlego de fazer isso", afirma Ramiro. O segundo passo foi a apresentação do projeto aos gestores da Educação na última quinta-feira, 2.



Ramiro: "Escola pública no Bras precisa melhorar muito"

REUNIÃO

Na sexta-feira, 3, o procurador Ramiro e o promotor de Justiça Alexandre Sampaio Santana se reuniram com integrantes dos Conselhos de Alimentação Escolar para apresentar o MPEduc. No dia 14 deste mês, ambos se reunirão com membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Cacs-Fundeb.

Posteriormente, os conselheiros e gestores escolares responderão a questionários eletrônicos que tratam de vários aspectos da Educação, sobre a estrutura física, conteúdo pedagógico, alimentação, transporte, inclusão social. "Em seguida, vem a fase de visitação das escolas. Iremos saber o que está ocorrendo em cada local", informa Ramiro.

Após analisar os questionários e as visitas, ocorrerá a fase de audiência pública em todos os municípios para debater com a população, a comunidade escolar, os profissionais da área, encontrar soluções conjuntas. "Para se ter uma ideia, só de audiências serão 150", informa Ramiro. A penúltima etapa são as recomendações.

SEM PRAZOS

"Faremos recomendações se for o caso de os gestores precisarem fazer eventuais correções nas escolas", diz Ramiro. Por fim, ocorrerá uma segunda audiência pública para prestar contas de tudo o que está sendo feito. Questionado sobre o prazo de execução do projeto em Sergipe, o procurador Ramiro afirma: "quando a Educação de qualidade estiver efetivamente estabelecida". Ou seja, existe apenas data para começar.

"A escola pública no Brasil precisa melhorar muito. Diversos aspectos precisam de progressos. Quando se trata da formação do ser humano, não tem nenhum aspecto mais importante que o outro. Precisamos que o conjunto funcione bem", ressalta.

"Por mais que a gente trabalhe, os problemas estão sempre surgindo e ressurgindo. O Ministério Público tem milhares de Ações Cíveis Públicas tanto para melhorar a Educação quanto para responsabilizar os maus gestores do Norte a Sul do Brasil. Em Sergipe, não é diferente. Mas, infelizmente, as mudanças não ocorrem na velocidade que a gente gostaria. ■